

REFLEXÕES EM TORNO DE «DICIONÁRIO» E LÉXICO(S)

ISABEL GIL

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre as práticas lexicográfica e terminográfica e seus desenvolvimentos, tomando como ponto de partida os conceitos de ‘dicionário’ e ‘definição’.

ABSTRACT

This article focuses on the lexicographic and terminographic practice and their development, analysing the concepts of ‘dictionary’ and ‘definition’.

“The value of a work must be estimated by its use: It is not enough that a dictionary delights the critic, unless at the same time it instructs the learner; as it is to little purpose, that an engine amuses the philosopher by the subtilty of its mechanism, if it requires so much knowledge in its application, to as be of no advantage to the common workman.”

Samuel Johnson¹

1. O emprego da palavra *dicionário* reveste-se de alguma ambiguidade: esta designação tem sido empregue (desde o seu aparecimento) para designar uma sequência de unidades lexicais ordenadas alfabeticamente, seguidas dos mais variados tipos de informações.

1.1. Assim, como refere A. Rey, recebem a designação de *dicionário* numerosas enciclopédias alfabéticas das quais não consta qualquer tipo de definição (REY, 1977: 56-57), bem como outras obras “that were not thought of as dictionaries even by their authors” (BÉJOINT, 1994: 7) (é o caso do *Dictionnaire philosophique* de

¹ Citado por LANDAU, S. I., *Dictionaries. The art and craft of lexicography*. Cambridge, Cambridge University Press, 1991, p. 50.

Voltaire ou do *Dictionnaire des idées reçues* de Flaubert) — obras que não dão informação sobre a unidade lexical enquanto signo linguístico.

As definições de *dicionário* em lexicografia são também bastante variadas: Quémada define *dicionário* como “avant tout un catalogue de vocables destinés à donner accès, de manière commode, à des informations dont le nombre et la nature sont laissés à l'appréciation de l'auteur” (QUEMADA, 1968: 14).

Por seu turno, J. Rey-Debove define *dicionário* em função dos seguintes parâmetros (REY-DEBOVE, 1971: 20-27):

a) “suite de messages graphiques isolées” — o texto de um dicionário constitui uma sequência de enunciados independentes, na sua apresentação material; essa apresentação reflecte uma estrutura peculiar: o texto do dicionário não se presta a uma leitura contínua.

b) “Ouvrage de consultation” — o dicionário é uma obra de consulta, tendo por fundamento dar resposta a determinado tipo de informação. A ordem codificada de apresentação das unidades descritas pretende facilitar a consulta.

c) “Deux structures, parfois réduites à une seule” — na generalidade, os textos que no seu conjunto compõem os dicionários dividem-se em duas partes: um elemento de carácter linguístico (que constitui a *entrada*) que se reporta ao enunciado que se lhe segue, constituindo este a informação explícita. Ao conjunto da entrada e da informação dá-se o nome de *artigo*.

À sequência vertical ordenada das entradas dá-se a designação de *macroestrutura*; a *microestrutura* refere-se a um programa de informação, lido horizontalmente na sequência das entradas.

d) “Classement par la forme ou le contenu” — a ordem alfabética corresponde à imagem social mais comum do dicionário. A ordenação em função do conteúdo constitui em si mesma uma informação implícita adicional, de carácter semântico.

Os dicionários apresentam frequentemente uma dupla macroestrutura: em simultâneo com a ordenação alfabética, elabora-se uma organização em termos de conteúdo através de um sistema de reenvios.

e) “Caractères linguistiques du sujet de l'information” — os elementos constituintes da macroestrutura (que não correspondem necessariamente à “palavra”) são de natureza exclusivamente linguística. Da microestrutura poderão constar elementos de outros sistemas semióticos.

f) “Caractère didactique de l'information explicite” — o dicionário não pretende exprimir a opinião pessoal de um autor, mas sim veicular informações de carácter genérico com um valor de verdade no sistema semiocultural do público a que se destina.

g) “Un dictionnaire informe sur des signes” — as informações visam as unidades linguísticas enquanto signos. A definição informa sobre o signo (“signe-nommant”) e sobre o referente (“chose-nomée”).

h) “La nomenclature est un ensemble déterminé, structuré s'il n'est pas exhaustif” — a nomenclatura (macroestrutura) corresponde a um conjunto pré-determinado (definido em compreensão pelo título da obra), cujos elementos o dicionário enumera e descreve. Quer isto dizer que as nomenclaturas não são arbitrárias, embora possam não ser exaustivas. Daí que o conteúdo informativo do dicionário seja, até certo ponto, previsível (característica esta inerente a qualquer obra de consulta rápida).

1.2. A ordem alfabética das entradas tem sido alvo de numerosas críticas, nomeadamente por linguistas que se reclamam da escola estruturalista: se a consulta de um dicionário visa informações de carácter nocional, implicando um arranjo *onomasiológico* (ou *nocional*, ou *ideológico*) das entradas — caso em que a finalidade última da obra é facilitar operações de codificação (“encoding” ou “encodage”) —, ou se a macroestrutura se pretende um reflexo da organização mental do léxico, a ordem alfabética não é, obviamente, a mais adequada. (No entanto, poderá argumentar-se que uma organização de tipo conceptual suscita dificuldades, visto basear-se numa organização do conhecimento humano susceptível de variações de autor para autor.)

Na lexicografia moderna têm-se efectuado algumas tentativas de tornar mais representativas do ponto de vista conceptual as macroestruturas organizadas alfabeticamente: alguns dicionários apresentam sistemas de entradas e sub-entradas e de reenvios (“cross-references”), construindo campos semânticos. Uma outra abordagem bastante inovadora é a dos dicionários de combinatórias, desenvolvida por Mel'chuk, segundo a qual a entrada constitui o centro de uma rede de unidades lexicais paradigmática e sintagmaticamente correlacionadas.

Saliente-se, no entanto, que a unidade lexicográfica é não apenas determinada pelo co-texto mas ainda pelo(s) contexto(s), sendo,

portanto, um produto de índole pragmática, cultural / enciclopédica e cognitiva.²

2. Critérios vários³ permitem reagrupar as obras lexicográficas em categorias diversas. Esses critérios incluem:

i) o formato e a extensão dos dicionários: sem esquecer que um dicionário é um produto comercial, a elaboração de um dicionário está frequentemente sujeita às necessidades do mercado a que se destina. (Por exemplo, o sistema educativo reforça a necessidade de determinado tipo de dicionários.) Uma obra lexicográfica varia quanto ao número de volumes que a compõem, o número de páginas e o número de entradas.

ii) O carácter linguístico ou enciclopédico: em função deste critério distinguem-se, em sentido amplo, dicionários linguísticos de dicionários não-linguísticos. Os primeiros dão informações de carácter estritamente linguístico, enquanto os segundos disponibilizam informações de carácter extra-linguístico. Veremos que nem sempre a fronteira entre o linguístico e o não-linguístico é nítida.

iii) O sistema linguístico em que se baseia: este critério subjaz à distinção proposta por Haensch (HAENSCH, 1982) entre as obras lexicográficas em que a descrição semântica do vocabulário se baseia no sistema linguístico de um autor (ou de um grupo de autores) e aquelas em que a descrição semântica releva da informação recolhida mediante o tratamento de um corpus, sendo, portanto, independente do sistema linguístico do(s) autor(es).

iv) O número de línguas: os dicionários poderão ser monolíngues ou plurilíngues (bilíngues ou multilíngues).

v) A selecção extensiva ou parcial do léxico a descrever: os dicionários podem classificar-se como gerais (“general-purpose”, ou “all-inclusive dictionaries”, na terminologia anglo-saxónica) ou parciais (“segmental dictionaries”). Relativamente aos primeiros, convirá referir que o léxico geral de uma língua nunca é o léxico total de uma língua, isto é, um dicionário não poderá ser, rigorosamente, exaustivo. Designam-se os dicionários gerais por oposição a um outro tipo de dicionários que tem por objecto de descrição um sub-sistema lexical: por exemplo, uma língua de especialidade, uma variedade diatópica ou uma variedade distrática, o vocabulário de um autor, etc.

² Para uma análise pormenorizada da unidade lexicográfica, veja-se (IRIARTE SANROMÁN 2001).

³ Cf. (JACKSON 1988: 157-173), (SVENSÉN 1993: 13-39), (HAENSCH 1982: 95-87).

vi) Critérios cronológicos: os dicionários poderão ser diacrónicos ou sincrónicos, descrevendo, respectivamente, a evolução do léxico no tempo ou em determinado estado de língua.

vii) O carácter descritivo ou normativo/prescritivo da obra: até certo ponto, pela codificação do léxico que descreve e pela sua difusão sob forma impressa, qualquer dicionário produz um efeito normativo. Dicionários de orientação normativa/prescritiva são, por exemplo, os dicionários escolares.

viii) A ordenação de materiais: a ordenação das unidades descritas condiciona a macroestrutura do dicionário — referimo-nos já aos dicionários organizados conceptualmente ou onomasiológicos e aos dicionários ordenados alfabeticamente ou semasiológicos. Algumas obras lexicográficas adoptam uma solução de compromisso: veja-se o caso dos dicionários analógicos (como o *Grand Robert*), que reagrupam nas suas entradas unidades lexicais semanticamente interligadas. Alguns dicionários apresentam um índice alfabético paralelo de todos os vocábulos registados nos diversos reagrupamentos.

ix) Finalidades específicas dos dicionários. As obras lexicográficas tipificam-se ainda em função da sua finalidade específica: alguns dicionários descrevem o léxico geral; outros descrevem vocabulários especializados (científicos e técnicos, por exemplo); distinguem-se também os dicionários destinados a especialistas dos dicionários destinados a não-especialistas; dicionários de uso geral e dicionários de aprendizagem; dicionários dirigidos a adultos e dicionários para crianças.

Torna-se evidente que factores como os que acabam de ser referidos condicionam a informação veiculada pelo dicionário.⁴

3. Numa perspectiva socio-cultural, o dicionário de língua preenche determinado tipo de lacunas de modo idêntico ao de um dicionário bilingue: “l'utilisateur se sert en fait du dictionnaire unilingue comme d'un bilingue, allant de l'inconnu au connu” (REY, 1977: 126). É que, embora o sistema linguístico descrito num dicionário de língua seja conhecido do utilizador, as informações que este procura no dicionário têm que ver com unidades desconhecidas,

⁴ Como, aliás, Meijs concisamente refere: “Obviously, the range and variety of the information in any particular dictionary will depend on such things as degree of coverage, intended readership, specific purpose — monolingual or bilingual, etymological, 'common core' or specialized in a particular area like law or technology — etc.” MEIJS (1992: 142).

com o funcionamento das unidades ou com a norma adoptada pela comunidade linguística.

A função do enunciado lexicográfico corresponderá, pois, à descrição de um objecto linguístico desconhecido através de uma metalinguagem conhecida, pelo que à obra lexicográfica é inerente o didactismo.

Saliente-se que um dicionário não pode deixar de ser veículo de marcas socio-culturais e ideológicas: “[...] le lexicographe ne donne pas forcément dans l'encyclopédisme en allant au-delà de la définition minimale. La stéréotypie est un aspect du langage ordinaire. Il semble bien difficile de tracer une limite précise entre les contenus linguistiques et les connaissances de l'univers.” (MARTIN, 1990: 87) A definição apresenta-se como um “estereótipo” cultural, fruto de saberes partilhados, seleccionando e hierarquizando traços distintivos em conexão com elementos descritivos. As observações de natureza semântico-pragmática incluídas na microestrutura dos dicionários deixam transparecer juízos de valor decorrentes de uma cultura e ideologia numa época dada (COLLINOT e MAZIÈRE, 1987). Conforme referido por A. Rey (REY, 1987), essas observações são de incidência e força variadas: juízos de ordem social, remetendo uma unidade lexical ou o seu uso a uma categoria de falantes (*popular, calão*, por exemplo); observações relativas à natureza discursiva ou estilística; juízos de valor relativos ao conteúdo ou à expressão (*obsceno, racista, pejorativo*); observações respeitantes ao uso generalizado ou, pelo contrário, especializado de uma unidade (observações como *científico, botânica, didáctico*); observações que reportam uma unidade a uma variedade diatópica; observações relativas à frequência (*corrente, usual*); observações de carácter prescriptivo/normativo, etc.⁵

4. Uma questão interessante se coloca agora quanto à inclusão de termos técnico-científicos ou de termos associados a determinados domínios de saber (por exemplo, léxico associado ao jornalismo, às ciências sociais e humanas, ao desporto, etc.): tradicionalmente o tratamento de ‘léxico especializado’ tem sido remetido para a Terminografia, sendo o ‘léxico comum’ remetido para a Lexicografia.

⁵ Vide, a propósito dos valores socio-culturais imbricados nas definições lexicográficas, GIRARDIN, Chantal, *Système des marques et connotations sociales dans quelques dictionnaires culturels français*. In: *Lexicographica*, 3, 1987. Vide também Josette REY-DEBOVE, *Etude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains*. The Hague, Paris, Mouton, 1971.

Esta cisão entre Lexicografia e Terminografia baseia-se na assunção de que estas duas disciplinas diferem quanto ao seu objecto, métodos e objectivos. Uma breve reflexão sobre a inclusão de ‘unidades terminológicas’ nos dicionários que têm por objecto a ‘língua comum’, inclusão decorrente do avanço e mesmo do desenvolvimento de novos domínios de saber, mostrará a fragilidade dessa cisão. Com a incorporação no léxico comum de unidades terminológicas, quer através dos constantes processos de vulgarização e reformulação (GIL, 2003), quer através da criação de novas designações (correspondentes a novos conceitos), encontraremos numa breve consulta a um dicionário de língua comum algumas entradas correspondentes a léxico especializado. E, embora o léxico técnico-científico se distinga por processos particulares de léxico-génese (GIL, 2007) que o individualizam em relação ao léxico comum, como muito bem sublinha Graça Krieger, a verdade é que:

Contrariamente, as novas terminologias confundem-se, em larga medida, com o chamado léxico comum da língua. Tanto é assim que cresce o número de sentidos terminológicos nos verbetes da lexicografia da língua comum (KRIEGER 2000, 217).

A cisão entre Lexicografia e Terminologia assenta no paradigma de sistematização e normalização de terminologias postulado pela Teoria Geral da Terminologia (doravante T.G.T.) fundada por E. Wüster. Em defesa da T.G.T., há que sublinhar que ela surge da preocupação do seu fundador, engenheiro de formação, com a estandardização e normalização de terminologias que facilitem a comunicação entre especialistas. Daí os princípios basilares da T.G.T.: a unidade terminológica como unidade monorreferente, unívoca, afastando a hipótese de fenómenos de sinonímia e de polissemia — e ainda o estatuto *ontológico* desta unidade. O termo não é mais do que uma designação ou etiqueta de um conceito pré-existente.

Acrescente-se que, de um ponto de vista metodológico, as unidades terminológicas são agrupadas em redes conceptuais, sendo que a Terminografia delas faz uma abordagem onomasiológica (e não semasiológica, como a Lexicografia).

Ora, a evolução dos estudos que se ocupam das chamadas ‘línguas de especialidade’ — ou melhor, dos ‘discursos / textos de

especialidade’⁶ — evidencia o artificialismo da separação entre ‘terminologias’ e léxico comum.

Desde logo, não faz sentido considerar as unidades terminológicas como sendo distintas das unidades lexicais: basta a reflexão de que até os domínios científico-técnicos ‘importam’ unidades do léxico comum, dando-lhes outros sentidos ou ampliando o seu sentido de base.

Em segundo lugar, os processos de vulgarização e de semi-vulgarização evidenciam a necessidade de estudar estas unidades dentro de parâmetros enunciativo-pragmáticos e sociolinguísticos: um ‘termo’ pode ser usado por especialistas nas mais diversas situações de comunicação ou por não-especialistas (veja-se, por exemplo, a tipologia proposta por Anne-Marie Loffler-Laurian (LOFFLER-LAURIAN, 1983, 1986).

Uma unidade terminológica só pode ser definida como tal quando materializada em discurso, i.e., quando observada num quadro enunciativo-pragmático. Desde os anos 60 do séc. XX que se tem vindo a afirmar a importância da Linguística do Texto, da Análise do Discurso e da Pragmática Linguística na observação das línguas naturais e, no que a este estudo concerne, dos discursos de especialidade (ultrapassando os princípios epistemológicos imanentistas do Estruturalismo).

Uma das teorias mais recentes⁷ é a Teoria Comunicativa da Terminologia idealizada por T. Cabré, que defende o estudo dos

⁶ M. T. Cabré (CABRÉ, 2004) retoma a problemática da (in-) adequação da designação “línguas de especialidade”, recordando algumas perspectivas já conhecidas sobre o assunto e reforçando a necessidade de caracterizar as línguas de especialidade em função das estratégias comunicativas que servem. Sobre esta e outras designações nos debruçámos já em artigo anterior (GIL, 2003).

⁷ Uma de entre algumas perspectivas de algum modo críticas da T.G.T. Mesmo a Socioterminologia, uma corrente que se inspira ainda nas orientações de Wüster, introduz a consideração das situações de comunicação e da variação (quer no espaço, quer no tempo). A este propósito, veja-se, por exemplo, GAUDIN, François (1993) — “Socioterminologie : du signe au sens, construction d’un champ”. In: *Meta: journal des traducteurs / Meta: Translators’ Journal*, vol. 38, nº 2, 1993, pp. 293-301; GAUDIN (2005) — “Point de vue d’un socioterminologue”. Texto disponível em <http://www.loria.fr/~yannick/TIA2005/doc/gaudin.pdf> (acedido em 10-05-2009).

Uma outra abordagem a destacar no panorama da Teoria da Terminologia é a da Terminologia Sociocognitiva, ancorada nas pesquisas de E. Rosch e G. Lakoff; nela ocupa lugar central o princípio da categorização, na tentativa de explicar a relação entre a mente humana e a linguagem. Para uma reflexão apurada sobre os fundamentos epistemológicos desta teoria, leia-se TEMMERMAN, Rita (2000) — *Towards New Ways of Terminology Description. The Sociocognitive-Approach*.

discursos especializados sob um prisma simultaneamente semiótico, linguístico, comunicativo e cognitivo. Nessa óptica, o ‘termo’ deve ser analisado *in vivo* e não *in vitro*, derivando o seu valor de um parâmetro semântico-cognitivo actualizado discursivamente, e não definido apenas em função da temática ou domínio do conhecimento a que se reporta (CABRÉ CASTELLVÍ, 2003).

Esta teoria de base linguística coloca a ênfase naquilo a que T. Cabré chama o carácter “poliédrico” da unidade terminológica: por um lado, cada unidade é estudada simultaneamente sob três prismas — linguístico, cognitivo e social — explicando, assim, os vários sentidos assignados a uma unidade em função do tipo de especialista ou de temática; por outro, a própria teoria é poliédrica, já que dará conta do carácter multifuncional da terminologia e do carácter multifuncional do ‘termo’, explicando a inserção de um mesmo termo em diversas estruturas conceptuais, de diferentes áreas do saber, mudando alguns traços de sentido, ou mesmo a totalidade do seu sentido. É de salientar que este enquadramento tem como pressuposto que um ‘termo’ não o é *per se*⁸, não obstante poder ser criado como tal numa dada área ou poder circular entre diversas áreas do saber, ou ainda transferir-se da língua comum para um registo especializado (e vice-versa).

A consideração de todos estes parâmetros permite integrar todos os fenómenos de variação discursiva (tradicionalmente excluídos da descrição dos discursos de especialidade), e tem a vantagem de dar conta dos processos de vulgarização discursiva, da terminologização das unidades lexicais (ou do processo converso, i.e., ‘determinologização’), ou da ‘pluriterminologização’ — quer dizer, reconhece-se a sinonímia e a polissemia como inerentes a estas unidades (como é sabido, na Terminologia de feição wüsterina nega-se a existência de sinonímia ou de polissemia; termos sinónimos e termos polissémicos são tratados como casos de homonímia)⁹.

Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company. Em TEMMERMAN (1997) propõe-se um modelo sócio-cognitivo para o estudo da polissemia e dos processos de neo-lexicalização ancorados na metáfora, integrando as categorias cognitivas e ontológicas numa teoria da Terminologia.

⁸ Conforme anteriormente referido, as ‘palavras’ materializam-se como ‘termos’, ou como ‘unidades léxicas’, seleccionando apenas alguns dos seus traços semântico-cognitivos em função dos discursos em que se actualizam.

⁹ Para um tratamento apurado da polissemia na comunicação especializada, numa perspectiva que sublinha os processos cognitivos actuates na variação semântica, consulte-se ADELSTEIN (2007).

Também o estudo das ‘colocações’ e ‘fraseologismos’, bem como da estrutura argumental dos termos, é contemplado nesta teoria.

Em conclusão, sublinha-se o estatuto linguístico das unidades terminológicas, em vez de se destacar a sua natureza ontológica, o que não significa que estas unidades se estruturam conceptualmente ou nocionalmente.

5. A *definição* constitui o elemento nuclear de um dicionário — e também aquele que levanta mais problemas, embora pareça evidente que o tipo de definição deve variar em função dos conceitos e dos utilizadores a que se destina. Quer as definições tautológicas, quer as definições circulares são alguns dos erros a evitar numa boa prática lexicográfica (bem como as definições negativas); mas não há consenso quanto a uma tipologia de definições, como se verá.

Em lexicografia, nomeadamente na tradição francesa, mantém-se ainda a distinção entre “*définition de mot*” e “*définition de chose*” (distinção de longa data, amplamente debatida ao longo dos sécs. XVII e XVIII¹⁰): o dicionário informará sobre as unidades lexicais — e não sobre os referentes dessas unidades. Nalguns casos a oposição entre unidade e referente é clara: se a unidade remete para si mesma em discurso (por exemplo, “*núcleo* é um substantivo”) e não para o extra-linguístico, trata-se, sem margem para dúvidas, de uma definição da unidade.¹¹ Algumas definições são claramente “*définition de mot*”, como é o caso de nomes definidos por antonímia (x é o contrário de y). A “*définition de mot*” poderá reconhecer-se pelo uso do verbo *significar* (x *significa* y), enquanto na “*définition de chose*” se liga definido e definição pelo verbo *ser* (x *é um* y *que...*). Mas, por um lado, verifica-se em geral nos enunciados lexicográficos a ausência de cópula entre *definido* e *definição*; por outro lado, o problema mantém-se no caso de definições passíveis de serem elaboradas com qualquer um dos verbos referidos, e particularmente nas definições de “coisas”:

En résumé si l'on envisage un mot qui réfère à une chose, aucun critère objectif ne peut faire distinguer une définition de mot au sens d'analyse

¹⁰ As “*définitions de mots*”, designadas também como definições nominais ou definições de nomes, definiriam palavras ou conceitos desconhecidos através de palavras ou conceitos conhecidos, sendo as “*definições geométricas*” de Pascal as melhores representantes deste tipo de definição. As “*définitions de choses*” consistiriam em referir as qualidades e atributos de uma “coisa” de modo a clarificar a sua natureza. Cf. QUEMADA (1968), bem como REY (1990).

¹¹ Cf. as noções de “*autonymie*” e de “*signe autonyme*” (REY-DEBOVE, 1978).

sémantique d'un mot, d'une définition de chose. Elle est dite définition de mot parce qu'elle suit toujours un mot et définition de chose parce qu'elle définit la chose signifiée par le mot. (REY-DEBOVE, 1971: 181)

De resto, poderá perguntar-se até que ponto é possível uma demarcação nítida entre conhecimento linguístico e conhecimento enciclopédico: na prática, verifica-se na grande maioria dos casos a sobreposição entre um e outro — o que tem vindo a ser confirmado por trabalhos como os de Putnam, Rosch e Lakoff, que põem a tónica no modo como a mente humana apreende e ‘traduz’ linguisticamente o mundo. A este propósito, comenta R. R. K. Hartmann que “a language's vocabulary reflects its speakers' knowledge of the world in which it is used. Any strict separation of linguistic-lexical and extralinguistic-factual information is very difficult, if not impossible.” (HARTMANN, R. R. K., 1983: 7). Alain Rey afirma mesmo que as investigações mais recentes em semântica (nomeadamente a semântica do protótipo¹² e a semântica do estereótipo¹³) nada de inovador trazem à prática da definição lexicográfica: “Après PUTNAM, les sémanticiens qui s'interrogent sur la nature de la définition lexicographique parlent volontiers de stéréotypes «culturels» [...]” E reforça ainda Rey:

Les théoriciens de la référence, comme KRIPKE [...] ou PUTNAM, en réintroduisant une optique référentielle encyclopédique dans l'analyse des concepts [...] soulignent un aspect de la sémantique cognitive que l'approximative, utilitaire et artisanale «définition» de dictionnaire exploite depuis des siècles, et que maintes théories sémantiques européennes n'ont

¹² Na sua versão “standard”, a descrição conceptual de uma categoria baseia-se no “protótipo” : a organização dos elementos de uma categoria depende do grau de familiaridade com o melhor exemplar ou representante da categoria — o protótipo. Dados os problemas levantados em relação a esta primeira versão, surge uma versão ampliada: o “protótipo” passa a “efeitos prototípicos” e as “semelhanças de família” (noção que não é estranha à obra de Wittgenstein *Investigações Filosóficas*) passam a ocupar lugar de relevo nesta nova versão. Assim, os membros de uma categoria não se vinculam a um exemplar prototípico, numa organização centralizada, mas sim numa estruturação colateral em que os elementos se ligam em cadeia. Esta versão seria polissémica, por oposição à versão original, que seria monossémica (KLEIBER, 1995).

¹³ Por estereótipo entenda-se o conhecimento não-especializado que um falante competente associa a um nome de espécie natural, conhecimento considerado socialmente obrigatório. O conhecimento enciclopédico e científico do especialista fornece a definição científica da categoria em questão. A teoria de Putnam baseia-se num princípio de divisão social do trabalho linguístico.

jamaís oublié (il suffit de mentionner les écoles saussuriennes et celle des «Wörter und Sachen»). (REY, 1987: 30-31)

Rey observa ainda que não deixam de ser evidentes as marcas de uma herança lógico-retórica na metalexicografia: o *exemplum* da tradição aristotélica tem a função (pedagógica) de despoletar um raciocínio indutivo conducente a uma norma de uso, a legitimar simultaneamente “le travail lexicographique et la conception de l’usage que ce travail préssuppose et présente”. (REY, 1995: 109-110) O exemplo, como parte do enunciado definatório, constitui uma amálgama de elementos funcionais, sociais e discursivos, que, por seu turno, plasmam uma orientação ideológica individual ou colectiva. O estatuto pragmático do exemplo destaca-se como manifestação “de son pouvoir d’ action sur la perception du langage par la communauté, son aptitude rhétorique à manipuler les matériaux sémantiques” (REY, 1995: 120).

A definição enciclopédica comporta informações que não são, na verdade, essenciais à caracterização dos *denotata*: retomando novamente as reflexões de J. Rey-Debove, salientar-se-á que

[...] tout ce qu'on peut dire pour caractériser un référent ne joue pas le rôle de trait distinctif entre référents. Que la pomme de terre soit d'origine péruvienne, que Parmentier en ait répandu l'usage, qu'on la consomme de plus en plus sous forme de chips, et que Van Gogh en fait un sujet de peinture favori, sont autant de qualifications inutiles à la distinguer des autres tubercules comestibles, à vrai dire peut nombreux. (REY-DEBOVE, 1971: 228)

Por disponibilizar ao utilizador conhecimentos de carácter enciclopédico sobre os referentes mais do que explicitar o seu significado, é por vezes questionado o estatuto de *dicionário* das obras que apresentam este tipo de definição.

A definição constitui, como se disse, o cerne da obra lexicográfica, partindo esta do pressuposto de que o significado de qualquer unidade lexical é passível de ser traduzido por meio de uma paráfrase semanticamente equivalente. Sob este prisma, “la définition lexicographique du mot implique l'existence d'un universel sémantique: il y a toujours au moins une paire de synonymes pour chaque terme de la langue, ce terme pouvant être un mot ou une phrase.[...] Ainsi la lexicographie suppose que le concept de synonymie est primitif et que l'opération consistant à reconnaître des équivalences est un de ces universaux linguistiques, propriétés du langage humain.”(DUBOIS e DUBOIS, 1971: 85)

A definição assim entendida pode ser considerada como uma transformação de cariz sinonímico entre a unidade a definir e o enunciado lexicográfico, entre o *definiendum* e o seu *definiens*: a definição *reformula*¹⁴ uma primeira expressão. Entre *definiendum* e *definiens* instauram-se “*prédications d'identité*”, sob a forma de uma “equação sémica”: “*um x é um y que...*”. Note-se que a identidade semântica se estabelece entre duas classes de objectos e não entre dois signos, dado que “*ce n'est qu'en parlant des choses que la définition peut nous livrer le synonyme du signe*” (REY-DEBOVE, 1973: 105).

A lexicografia tradicional parte, portanto, do pressuposto de que qualquer unidade lexical se pode expressar por uma paráfrase, correspondendo esta a uma actividade de condensação / expansão; assim sendo, qualquer unidade lexical deveria ser susceptível de definir. Ora, a definição lexicográfica revela-se insuficiente no que toca à definição do conteúdo de certas unidades como sejam os nomes de cores ou nomes representativos de categorias. Neste último caso, os dicionários recorrem frequentemente a ilustrações — subsistindo o problema, não obstante, dado que uma imagem representa sempre um referente e não uma classe genérica, tal como unidades linguísticas como “cão” remetem para uma multiplicidade de referentes. Daí a observação por Rey-Debove de que já na prática lexicográfica tradicional se verifique o recurso à noção de protótipo:

[...] la définition traditionnelle tient généralement compte de la notion de prototype dans la mesure où elle module la différence spécifique en mettant l'accent soit sur la sous-classe prototypique préférentielle, soit sur une éventuelle multiplicité de sous-classes prototypiques (REY-DEBOVE, 1989: 156).

De modo geral, o postulado que norteia a actividade do lexicógrafo é o de que “la définition doit couvrir tout le défini et rien que le défini. On doit pouvoir, en théorie, bien que cela ne se fasse pas dans le langage courant, reprendre une définition et selon la règle de commutabilité, la transposer telle quelle dans un discours sans qu'il y ait d'ambiguïté à reconnaître le mot défini” (GUERARD, 1989: 60).

¹⁴ Vejam-se, a este respeito, as observações de Jakobson acerca da reformulação (“rewording”): “la traduction intralinguale d'un mot se sert d'un autre mot, plus ou moins synonyme, ou recourt à une circonlocution. Cependant, en règle générale, qui dit synonymie ne dit pas équivalence totale: par exemple, «tout vieux garçon est un célibataire, mais tout célibataire n'est pas un vieux garçon.»” (JAKOBSON, 1963: 80)

Se a interrogação “*o que é um x?*” é um universal da linguagem, também a resposta “*x é um y*” o é — daí a pertinência de algumas reflexões sobre as formas de que se reveste essa resposta (a definição) nos dicionários. Na prática lexicográfica tradicional, verifica-se que essa resposta consistirá a) ou numa formulação de tipo sinonímico, se a língua dispuser de sinónimos; ou b) numa formulação de explicitação, frequentemente de tipo intensional.

São precisamente as formulações deste último tipo que se encontram nos dicionários especializados, sobretudo nas áreas científicas e tecnológicas, dado estarem em causa termos adstritos a domínios específicos, tradicionalmente circunscritos: são formulações de tipo lógico, analítico, tributárias da concepção aristotélica da definição. Estas formulações visam exprimir a essência e natureza do *designatum*, através da procura do género próximo (*genus proximum*) e da diferença específica (*differentia specifica*) de Aristóteles; a definição aristotélica assume a forma de uma predicação do tipo “*um x é um y com as características c1, c2, c3...*”. Nesta óptica, a categorização do significado faz-se em intensão (ou em compreensão); a intensão de um conceito determinará a sua extensão. A exactidão da predicação de identidade testa-se por meio de uma dupla questão: “*um x é um y c1, c2, c3? Um y c1, c2, c3 é um x?*”. J. Rey-Debove e Bo Svensén dão o conhecido exemplo da definição de “quadrado”: “um quadrado é um quadrilátero com ângulos rectos e lados iguais”; a resposta à dupla questão “*um quadrado é um quadrilátero com ângulos rectos e lados iguais? Um quadrilátero com ângulos rectos e lados iguais é um quadrado?*” é afirmativa, pelo que se poderá inferir, por um lado, que a predicação de identidade entre *definiendum* e *definiens* é exacta e, por outro, que se trata de uma relação simétrica.

A definição de matriz aristotélica assenta numa relação de inclusão lógica de classes. Para definir uma unidade lexical passa-se de uma classe genérica a outra, procurando as diferenças específicas que delimitarão a unidade a definir de outras que lhe estão próximas. Por outras palavras, parte-se da escolha de um hiperónimo ou termo superordenado (classe) que recobrirá um conjunto de co-hipónimos (sub-classes) distintos entre si pelas *diferenças específicas*: “L’hyperonyme relève d’une théorie de l’inclusion des classes et les attributs différentiels relèvent d’une théorie de l’implication.” (REY-DEBOVE, 1989: 153) — acrescentaremos que se trata de uma relação transitiva: $x \hat{E} y$; se $x \hat{E} y$ e $y \hat{E} z$, então $x \hat{E} z$.

Convirá notar que falamos de inclusão extensional e não de inclusão intensional, de tipo semântico — tal como a define J. Lyons,

ao pretender demarcar a relação de hiponímia de uma teoria da referência e de uma lógica de classes (LYONS, 1977: 235)¹⁵.

Na prática, a asserção de J. Rey-Debove “J'appelle superordonné tout mot désignant une classe de la chaîne des classes lorsque cette classe subsume des sous-classes très disparates portant elles-mêmes un nom” (REY-DEBOVE, 1989: 158) define o conceito de *hiperónimo* representativo da definição lexicográfica.

A definição intensional, de inspiração aristotélica, é a mais utilizada para os termos científicos e técnicos, considerada como “a basic rule in all serious work in terminology” (SVENSÉN, 1993: 123). A escolha de um termo superordenado varia em função dos utilizadores do dicionário: uma definição mais rigorosa implicará a selecção do hiperónimo mais próximo na hierarquia conceptual; para um público mais alargado, o hiperónimo poderá ser um termo mais genérico (o que poderá, em última instância, redundar no uso de expressões como *espécie de*, *tipo de*), adequando-se, portanto, o modelo aos objectivos pretendidos. Do mesmo modo, a selecção das diferenças específicas dependerá de critérios de índole pragmática. A este propósito, cabe lembrar que a definição de termos científicos e técnicos se aproxima de uma descrição, como nota A. Rey: “[...] il s'agit de déplier des concepts souvent scientifiques et techniques [...] et là on ne peut plus se contenter des traits pertinents minimaux — on s'approche ici d'une description.” (REY, 1989: 61)

O modelo das *condições necessárias e suficientes (CNS)*¹⁶, frequentemente associado à definição de termos científicos e técnicos, é tributário do modelo aristotélico: seleccionam-se apenas os atributos diferenciais considerados essenciais e necessários para ajuizar da inclusão de uma unidade numa dada classe. No entanto, torna-se muito difícil o discernimento entre traços acessórios e traços essenciais (ALMEIDA, SOUSA e PINO, 2007), (MONTERO-MARTÍNEZ e QUESADA, 2004).

Os princípios da prática lexicográfica assinalam a importância da adequação da definição a um domínio específico e aos seus destinatários; as unidades linguísticas incluídas nas definições devem fazer parte da macroestrutura no dicionário; a definição deve ser clara e o descritor deve pertencer à mesma categoria gramatical

¹⁵ Para uma revisão do conceito de hiponímia e da oposição hiponímia extensional / hiponímia intensional, veja-se (KLEIBER, e TAMBA, 1990).

¹⁶ Sobre a origem da expressão *condições necessárias e suficientes*, aparentemente influenciada pela escolástica do séc XIV, veja-se (REY-DEBOVE, 1989: 165, nota 7).

que a vedeta a ser definida. Tratando-se de uma unidade terminológica, a definição deve apoiar-se na estrutura conceptual do domínio ao qual pertence o ‘termo’. Cabré sublinha ainda a necessidade de seleccionar as características que, não sendo essenciais, são vitais para a descrição de um ‘termo’ (CABRÉ, 1992).

6. Certamente que a selecção de entradas e a redacção dos enunciados definitórios num dicionário especializado ou num dicionário geral parecem obedecer a critérios muito distintos — e são muitos os autores a considerar lexicografia e terminologia / lexicografia especializada¹⁷ como actividades muito distintas —, mas, na verdade, trata-se de variações do mesmo critério, como refere T. Cabré (CABRÉ, 1999). A diferença entre a lexicografia e a terminologia centra-se na abordagem semasiológica da primeira e onomasiológica da segunda; no entanto, tal distinção dilui-se na presença de linguistas e tradutores envolvidos na lexicografia especializada / terminografia. O desenvolvimento de terminologias promovido pelo avanço das ciências e das tecnologias, a vulgarização das linguagens especializadas e a democratização do acesso ao saber têm vindo a unificar as duas metodologias citadas no parágrafo anterior.

“Ce n’est pas seulement une question de «mot»” (MOIRAND, 2004: 75)¹⁸, mas sim uma questão de discursos, de constante reformulação; por detrás de toda a actividade linguística estão os usos que os locutores fazem nas mais diversas situações comunicativas. O reconhecimento destas dimensões enunciativo-pragmáticas não pode, pois, deixar de nortear também a boa prática lexicográfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELSTEIN, Andreína (2007) — *Unidad léxica y significado especializado: modelo de representación a partir del nombre relacional madre*. Tesis doctoral para optar al título de doctora por la Universitat Pompeu Fabra. Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, 2007.

ALMEIDA, Gladis, SOUZA, Dayse, PINO, Douglas (2007) — “A

¹⁷ Não há unanimidade quanto à equiparação da terminografia como lexicografia especializada, mas não nos deteremos aqui nessa problemática.

¹⁸ Embora Moirand se refira em particular aos discursos de especialidade e sua mediatização, tais palavras podem formular-se a propósito da actividade discursiva generalizada.

- definição nos dicionários especializados: proposta metodológica”. In: «RITerm – Debate Terminológico», 3.
- BÉJOINT, Henri (1994) — *Tradition and innovation in modern english dictionaries*. Oxford, Clarendon Press.
- Cabré, Teresa (1992) — *La terminologia. La teoria, els mètodes, les aplicacions*. Barcelona, Empuréis.
- CABRÉ CASTELLVÍ, Teresa (2003) — “Theories of Terminology. Their description, prescription and explanation”. In: «Terminology» 9: 2, pp. 163-199.
- Cabré, M. (1999) — *La terminología. Representación y comunicación. Una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.
- CABRÉ, M. Teresa (2004) — “¿Lenguajes especializados o lenguajes para propósitos específicos?”. In: VAN HOOFT, Andreu (dir), «Textos y discursos de especialidad: el español de los negocios. Revista Foro Hispánico», 26, pp. 19-34.
- COLLINOT, A., F. MAZIERE (1987) — “Un prêt-à-parler: le DICTIONNAIRE UNIVERSEL d'ANTOINE FURETIÈRE et sa postérité immédiate, le TRÉVOUX. Une lecture du culturel dans le discours lexicographique”. In: «Lexicographica», 3.
- DUBOIS, J. , C. DUBOIS (1971) — *Introduction à la lexicographie: le dictionnaire*. Paris, Larousse.
- GIL, Isabel T. M. (2003) — “Algumas considerações sobre línguas de especialidade e seus processos lexicogénicos”. In: «Máthesis», vol. 12, pp. 113-130. Viseu, Universidade Católica Portuguesa.
- GIL, Isabel T. M. (2007) — “Algumas considerações sobre línguas de especialidade e seus processos lexicogénicos (Parte II)”. In «Máthesis», vol. 16, pp. 63-77. Viseu, Universidade Católica Portuguesa.
- GIRARDIN, Chantal (1987) — “Système des marques et connotations sociales dans quelques dictionnaires culturels français”. In: «Lexicographica», 3.
- GUERARD, F. (1989) — “Lexicographie”. In: «Lexiques», nº 59.
- HAENSCH, G. (1982) — “Tipología de las obras lexicográficas”. In: HAENSCH, G. et al. — *La lexicografía. De la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid, Editorial Gredos, pp. 95-187.
- HARTMANN, R. R. K. (1983) — “On theory and practice”. In: HARTMANN, R. R. K. (ed.), *Lexicography: principles and practice*. London, New York, Academic Press Inc.

- IRIARTE SANROMÁN, A. (2001). — *A Unidade Lexicográfica. Palavras, Colocações, Frasemas, Pragmatemas*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos-Universidade do Minho.
- JAKOBSON, Roman (1963) — “Aspects linguistiques de la traduction”. In: *Essais de linguistique générale*, tomo I. Paris, Les Éditions de Minuit.
- JACKSON, Howard (1988) — *Words and their meaning*. London, New York, Longman.
- KLEIBER, G. (1995) — *La semántica de los prototipos. Categoría y sentido léxico*. Madrid, Visor.
- KLEIBER, G., TAMBA, I. (1990) — “L’hyponymie revistée: inclusion et hiérarchie”. In: «Langages», n° 98.
- KRIEGER, Graça (2000) — “Terminologia Revisitada”. In: «D.E.L.T.A.», Vol. 16, n° 2, pp. 209-228.
- LOFFLER-LAURIAN, Anne-Marie (1983) — “Typologie des discours scientifiques: deux approches”. In: «Etudes de Linguistique Appliquée», n°51.
- LOFFLER-LAURIAN, Anne-Marie (1986) — *Recherches lexicales et syntaxiques sur les discours scientifiques et techniques*. Thèse de doctorat d’état, Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris III.
- LYONS, J. (1977) — *Semântica - I*, Editorial Presença/Martins Fontes, s.d.
- MARTIN, R. (1990) — “La définition «naturelle»”. In: *Actes du Colloque La Définition* (Paris, 18 e 19 Nov., 1988). Paris, Larousse.
- MEIJS, Willem (1992) — “Computers and dictionaries”. In: Christopher S. BUTLER (ed.), *Computers and written texts*. Oxford, Basil Blackwell.
- MOIRAND, Sophie (2004) — “De la médiation à la médiatisation des faits scientifiques et techniques: où en est l’analyse du discours?” *Colloque Sciences, Médias et Société*. Texto disponível em <http://sciences-medias.ens-lsh.fr/IMG/pdf/Moirand.pdf>, em 28-04-2009.
- MONTERO-MARTÍNEZ, Silvia, GARCÍA de QUESADA, Mercés (2007) — “Designing a corpus-based grammar for pragmatic terminographic definitions”. In: «Journal of Pragmatics», 36, 265-291.
- QUEMADA, Bernard (1968) —, *Les dictionnaires du français moderne (1539-1863)*. Paris, Didier.
- REY, Alain (1977) —, *Le lexique: images et modèles. Du dictionnaire à la lexicologie*. Paris, Armand Colin.
- REY, Alain (1987) — “Le dictionnaire culturel”. In: *Lexicographica*, 3.

- REY, Alain (1989) — “Lexicographie”. In: *Lexiques*, n° 59, 1989.
- REY, Alain (1990) — “Polysémie du terme définition”. In: *Actes du Colloque La Définition* (Paris, 18 e 19 Nov., 1988). Paris, Larousse.
- REY, Alain (1995) — “Du discours au discours par l'usage : pour une problématique de l'exemple”. In: «Langue française», Volume 106, Numéro 1, 1995, pp. 95 – 120.
- REY-DEBOVE, Josette (1971) — *Etude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains*. The Hague, Paris, Mouton.
- REY-DEBOVE, Josette (1973) — “Lexique et dictionnaire”. In: *Le Langage* (sous la direction de Bernard Pottier). Paris.
- REY-DEBOVE, Josette (1978) — *Le Métalangage*. Paris, Le Robert.
- REY-DEBOVE, Josette (1989) — “Prototypes et définitions”. In: «DRLAV», n° 41.
- SVENSÉN, Bo (1993) — *Practical lexicography. Principles and methods of dictionary-making*. Oxford, Oxford University Press.
- TEMMERMAN, Rita (1997) — “Questioning the univocity ideal. The difference between socio-cognitive Terminology and traditional Terminology”. In: «Hermes, Journal of Linguistics», 18, pp. 51-93.